

Depois do acordo, governo articula transição

Equipe de Malan
providencia primeiro
trimestre tranquilo
para novo presidente

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – Garantir uma mudança de governo tranquila é uma das preocupações do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Segundo explicou em diversas entrevistas, ele tem consciência de que, no último ano de mandato, as ações dos agentes econômicos são pautadas menos em função do que está sendo feito e mais em função das expectativas sobre o que fará a nova administração. Malan garante que a transição o preocupa desde antes do agravamento da crise, a partir de maio. Como o ministro costuma dizer, é o tipo de situação em que “as consequências vêm antes.”

Na semana passada, o Brasil obteve um pacote de ajuda internacional histórico de US\$ 33 bilhões em novos recursos, somados os empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É um programa inédito não só pelo volume, mas também porque foi obtido a menos de cinco meses da troca de presidentes no País. Todos os empréstimos cobrem o restante de 2002, mas a maior parte dos recursos chegará ao País em 2003, o primeiro ano do próximo governo. Será uma transição como nunca se viu.

O pacote é a maior contribuição para diminuir as incertezas dessa mudança, mas outros cuidados estão sendo tomados. O governo já decidiu criar novos cargos nos principais órgãos para permitir que, a partir de novembro, assessores do futuro presidente começem a trabalhar junto com a equipe que está saindo. Um dos cargos vagos é uma diretoria do Banco Central. Dessa forma a rotina de funcionamento da máquina pública em áreas de operação delicada não será interrompida.

Os funcionários que administraram a dívida pública estão providenciando um primeiro trimestre com poucos vencimentos de títulos. Dessa forma, o futuro ministro da Fazenda conseguirá manter a rolagem normal da dívida pública mesmo se o novo governo enfrentar desconfiança e tiver dificuldade em colocar novos títulos no mercado.

Em um mês “normal”, os vencimentos da dívida pública ficam na casa dos R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões. No en-

Ed Ferreira/AE



Malan: ações pautadas nas expectativas sobre a nova equipe

tanto, em janeiro, fevereiro e março de 2003 os vencimentos programados são de R\$ 6,4 bilhões, R\$ 7,9 bilhões e R\$ 11,2 bilhões, respectivamente. A ideia é que o novo governo aproveite esses meses de baixo vencimento para emitir títulos acima do necessário para a rolagem da dívida e, dessa forma, criar uma reserva de recursos para os meses seguintes.

Em abril, estão programados vencimentos de R\$ 32,4 bilhões. Abril é, porém, um mês em que a arrecadação é engordada pelo pagamento da primeira cota do Imposto de Renda, tanto por parte das empresas quanto das pessoas físicas.

Operação semelhante está sendo feita com a dívida externa. O Banco Central está comprando, aos poucos, US\$ 3 bilhões em títulos da dívida externa brasileira que vencem em 2003. Isso trará alívio nos vencimentos do ano que vem. A operação é facilitada pelo fato de os títulos estarem desvalorizados no mercado internacional.

A transição foi costurada também no campo do Orçamento da União. O acordo com o FMI prevê que, em 2003, as contas do setor público têm de registrar um superávit equivalente a 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa um aperto fiscal elevado.

Em seu primeiro ano de mandato, o novo presidente poderá contar com a continuação da cobrança da Contribuição Provisória sobre a

Movimentação Financeira (CPMF) em 0,38%, que já lhe garante receitas de R\$ 22 bilhões. A alíquota cairá para 0,08% em 2004 e para zero em 2005.

Também contará com a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que lhe permite utilizar até 20% de verbas “carimbadas” em despesas diferentes de sua finalidade original. Essa ajuda é importante porque, já em 2003, o novo presidente terá perdas elevadas na sua arrecadação.

Em comparação com o que é recolhido atualmente pela Receita Federal, a nova equipe terá R\$ 1,1 bilhão a menos, porque acaba o prazo de vigência do adicional de 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Outra perda, de R\$ 1,7 bilhão, será provocada pela redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 27,5% para 25%. Também haverá menos leilões de concessão de serviços públicos a realizar.

Além disso, o novo secretário da Receita terá menos alternativas emergenciais para aumentar as receitas. Os recordes de arrecadação ocorridos neste ano são, basicamente, o recolhimento de estoques de tributação do passado que não ingressavam no caixa federal por causa de questionamentos na Justiça.

E o caso dos fundos de pensão, que só de atrasados renderam R\$ 7 bilhões extras no primeiro semestre. (Colaborou Renato Andrade)

**ELEITO
PERDERÁ
FONTES DE
ARRECADAÇÃO**